

PROJETO DE LEI Nº 1/60

( Súmula:- autoriza o Poder Executivo a emitir apólices municipais, até a quantia de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinadas ao financiamento do serviço de construção de um reforço de água)

A CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

DECRETA:-

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a emitir apólices municipais, até a quantia de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinadas ao financiamento do serviço de construção de um reforço de água.

*Parágrafo único* - As apólices emitidas terão o valor unitário de hum mil cruzeiros, e serão nominativas, vencendo o juro de seis por cento (6%) ao ano.

Artigo 3º :- As apólices serão resgatadas mediante sorteio anual, cabendo ao Poder Executivo, através de decreto, regular os detalhes suplementares, inclusive o pagamento através de verbas específicas contidas nos orçamentos da União e do Estado.

Artigo 4) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 18 de janeiro de 1960

\_\_\_\_\_  
Carlos Séra.  
Presidente.

*Registrado livro nº  
fls 15 ver. e 16  
Em folha de 1970*



Súmula: autoriza o Poder Executivo a emitir apólices municipais, até a quantia de Cr\$700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinadas ao financiamento do serviço de construção de um poço artesiano).

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a emitir apólices municipais, até a quantia de Cr\$700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinadas ao financiamento do serviço de construção de um poço artesiano no Alto da Lapa.

Parágrafo único. O poço de que trata o presente artigo destinar-se-á ao reforço do serviço de água da cidade.

Art. 2º. As apólices emitidas terão o valor unitário de hum mil cruzeiros, <sup>e serão</sup> nominativas, vencendo o juro de seis por cento (6%) ao ano.

Art. 3º. As apólices serão resgatadas mediante sorteio anual, cabendo ao Poder Executivo, através de decreto, regular os detalhes suplementares, inclusive o pagamento através de verbas específicas contidas nos orçamentos da União e do Estado.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICAÇÃO

O problema da água, na cidade da Lapa, é cruciante e necessita de uma solução imediata. Com a estiagem, a cidade ficou praticamente sem água. Há mais de vinte anos estamos esperando que o Estado ou a União resolvam esse problema. A cidade cresceu e as atuais fontes, mesmo em época normal, não são suficientes para o seu suprimento. Não fosse o reforço inaugurado na administração Otávio José Kuss, há muito tempo estaríamos sem o precioso líquido. As cisternas que foram sendo construídas em muitas casas, com prejuízo para as residências que têm ligação direta, dentro de alguns meses, mesmo com chuva, já não resolverão o problema.

A perfuração e tubulação de um poço artesiano deverá custar, em média, trezentos e cinquenta mil cruzeiros. As firmas especializadas estão cobrando cinco mil cruzeiros por metro linear, havendo possibilidade quase certa de encontrar um lençol de água entre quarenta e setenta metros de profundidade. A bomba própria não custará mais que cem mil cruzeiros. Em resumo: o poço em funcionamento, com bomba e tudo, dará uma despesa não superior a quinhentos mil cruzeiros. Esse poço, construído no Alto da Lapa, nas proximidades da an-



tiga caixa d'água, dará quatro polegadas continuas. Essas quatro polegadas continuas, somadas ao chamado "reforço do Tavi-co", suprirão a cidade de água por um largo período. É, a nos-so vêr, a solução mais barata e mais certa para a emergencia. A situação da água é de calamidade pública. As habitações co-letivas(asilo, hospital, hotéis, etc.) acabam fechando por falta de assistência do poder pública responsável. Esperar que o Estado venha nos auxiliar é a mesma coisa que bater em piano sem tecla. O pôvo da Lapa tem brio e coragem suficien-tes para, através de um financiamento módico, remediar a si-tuação.

Lapa, 4 de Janeiro de 1960.

*F. Azevedo*

Francisco Brito de Lacerda- Vereador.

Encaminhe-se, pela ordem, com urgencia, às Comissões de Legislação e Justiça, Viação e Obras Publicas e Finanças Orçamentos e Tomadas de Contas.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 4-1-60.

*Carlos Sera*

Carlos Sera.  
Presidente

*Com parecer em separado.*

*Em 2/1/60.*

*[Signature]*

*Parecer da comissão de Orçamento e Finanças e tomadas de contas:*

*Opinamos pela aprovação do presente auto projeto de lei, no entanto propomos a seguinte redação para o artigo primeiro:*

art. 1º: *Fica o poder executivo autorizado a emitir apólices municipais, até a quantia de Cr\$ 700.000,00, destinadas ao financiamento do serviço de construção de um reforço de água.*

*Lapa, 11 de Janeiro de 1960*

*Dei Rodriguez dos Santos.*

*Jahocuanadi*  
*[Signature]*



projeto de lei número 1/60 que autoriza a emissão de apo-  
lices para financiamento da construção de um poço artesiano.

Compete privativamente ao prefeito a iniciativa das leis referentes ao funcionalismo público e a viação e obras públicas, diz o artigo 26 da Lei Orgânica dos Municípios.

Não pode a Câmara Municipal ter a iniciativa das leis referentes ao funcionalismo público e a viação e obras públicas, casos êsses que são de competência exclusiva do Prefeito, diz o artigo 27 do nosso código de Posturas.

Por esses fundamentos opino pela rejeição do presente ante-projeto de lei, para que este poder legislativo não invada a esfera de atribuições do poder executivo.

**A matéria** constante do texto legislativo proposto está claramente justificada pelo autor. O assunto é na realidade de máxima urgência para a vida citadina, tornando-se as vezes quasi dramático, como aconteceu no recente período de prolongada estiagem que felizmente se findou no dia 6 do corrente, mas que poderá se repetir num futuro bem próximo.

Proponho que a matéria seja encaminhada ao executivo sob forma de indicação, para que o Sr. Prefeito, a estudo e no uso de suas atribuições remeta a esta casa ante-projeto de lei no mesmo sentido,

O Sr. Prefeito, por certo está procurando solucionar o problema do fornecimento de água, e a sugestão apresentada, tenho certeza, merecerá do executivo a mais carinhosa atenção, porquanto ela, poderá, (depende de questões de ordem técnica) ser o caminho ideal para o completo e normal abastecimento de água. ~~minha~~ É o parecer.

Lapa, 7 de janeiro de 1950

*Fausto J. Gonçalves*  
Juvenal Stoff



Subscrevemos o parecer da Comissão de Finanças Orçamentos e Tomadas de Contas.

Sala das Sessões em 11/1/60.

Nicolao Ferraz  
Uillette Gabriel Saenz